



Senado Federal
Concurso Público

CONSULTOR LEGISLATIVO

Assessoramento Legislativo

Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)

Caderno Tipo 1 (Branco) – 08M1

**Direito Econômico e
Regulação, Direito
Empresarial e do
Consumidor**



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

Interregno hegemônico

A crise financeira de 2008, desencadeada pela crise do *subprime* em 2007, tem o seu foco nos EUA e na Europa. Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. É uma crise do próprio centro do sistema global de poder com todas as suas implicações. As suas consequências também deverão ser profundas e persistentes.

O que está em jogo é uma variedade de capitalismo e a globalização liberalizante que chegaram ao seu limite e a provável ascensão de um novo tipo de capitalismo e de globalização. A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. O mercado se transformou no princípio de organização da economia capitalista, em contraposição ao Estado-nação. Mas, se não fosse a massiva intervenção e o socorro prestado pelo Estado, o mercado financeiro desregulado teria adquirido um poder autodestrutivo tão grande que o sistema financeiro teria praticamente desaparecido. Por razões de sobrevivência do próprio capitalismo, o Estado-nação está retomando a sua função reguladora e controladora dos mercados num processo adaptativo.

A China aparece como um candidato natural para se tornar, gradualmente, o paradigma econômico dominante nas próximas décadas. Apresenta-se como um novo capitalismo de Estado, em substituição ao modelo da liberalização global. Se isso acontecer, o mercado livre será substituído pelo Estado-nacional como princípio dominante de organização e de controle das economias nacionais, e da nova fase da globalização. Em países em que a liberalização avançou excessivamente e em crise financeira, o Estado ampliará seu foco de regulação e controle sobre os mercados. Nos países onde o poder do Estado é o agente organizador e controlador da economia, como na China, o mercado, enquanto princípio organizador, deverá ser ampliado.

Esse processo adaptativo entre mercado e Estado será longo e complexo, pois a plutocracia financeira é ainda o poder hegemônico e resistirá ao avanço da regulação. Mas, quanto maior for a

resistência e quanto maior for o período de dominância do mercado livre, maior será a crise necessária para que o princípio adaptativo funcione.

Vamos viver nas próximas décadas um longo interregno, com o declínio dos Estados Unidos e Europa e ascensão da China e dos países emergentes. Tanto os Estados Unidos como a Europa terão que concentrar suas energias para recuperar e revitalizar suas economias, num contexto de crescente oposição e polarização política doméstica, abrindo espaço para a emergência de novos Estados-nacionais com atores políticos, a exemplo do G-20. Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. Nesse interregno hegemônico, será perfeitamente possível que conceitos como soberania, Estado-nação e nacionalismo venham adquirir força política e movimentem as massas, pois serão alimentados pelo crescente protecionismo, em pleno andamento, e pelo fato de o problema de desemprego ser sempre um problema nacional.

Há uma similaridade histórica com o que aconteceu depois da Grande Depressão de 1890 até o fim da Grande Depressão de 1929 a 1939; foi um longo interregno marcado pelo declínio da hegemonia global inglesa e a ascensão americana, que se consolidou na Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático.

Com redistribuição de poder e liderança na economia mundial, mais o declínio de um paradigma econômico que prevaleceu nas últimas três décadas, vamos viver um longo período de vácuo de poder dominante, com degelo da sua ideologia, seu pensamento econômico e dos consensos de políticas. Novas regras do jogo deverão emergir, mas nada disso tem uma evolução contínua e linear.

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Para países dependentes e com forte herança colonial, a globalização implicou um deslocamento deliberado para o exterior do dinamismo da economia e aumento da sua importância relativa do setor externo (fluxo de capitais) *vis-à-vis* setor interno da economia. Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras,

- 110 mas principalmente ideológicas e dominância do pensamento econômico hegemônico. Com o interregno, a autonomia com que países podem perseguir objetivos nacionais de política econômica mudará substancialmente. É nesse
- 115 panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?

(Yoshiaki Nakano. *Folha de S.Paulo*, 14 de fevereiro de 2012, com adaptações)

1

Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. (L.66-71)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por duas orações.
- II. A escolha dos tempos verbais contribui para aumentar o aspecto persuasivo do trecho.
- III. A repetição de termos no período constitui recurso estilístico.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

2

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que *autodestrutivo* (L.26).

- (A) contraposição (L.23)
- (B) plutocracia (L.15)
- (C) interregno (L.58)
- (D) desemprego (L.77)
- (E) internacional (L.69)

3

Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático. (L.85-90).

Os pronomes sublinhados exercem, no texto, respectivamente, papel

- (A) anafórico e catafórico.
- (B) catafórico e anafórico.
- (C) dêitico e catafórico.
- (D) dêitico e dêitico.
- (E) anafórico e dêitico.

4

No texto, a expressão *vis-à-vis* (L.107) exerce papel equivalente ao de uma locução

- (A) prepositiva.
- (B) conjuntiva.
- (C) adverbial.
- (D) adjetiva.
- (E) substantiva.

5

Acerca do texto e dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interregno a que o texto faz alusão para o futuro se assemelha aos movimentos de ascensão e queda de regimes e poderes do passado.
- II. Os movimentos de ascensão e queda representam redistribuição de poder e liderança na economia mundial.
- III. O texto alerta para as brechas que poderão tornar o Brasil o paradigma econômico dominante nas próximas décadas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

6

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. (L.100-102)

No período acima, a conjunção E, normalmente aditiva, assume papel

- (A) adversativo. (B) explicativo.
- (C) alternativo. (D) conclusivo.
- (E) consecutivo.

7

A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. (L.14-20)

Os termos sublinhados no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- (B) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (C) complemento nominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (D) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- (E) adjunto adnominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.

8

Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras... (L.108-109)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar a estrutura do trecho acima, **NÃO** se respeitou a norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) As condições econômicas e financeiras a que essa importância alude...
- (B) As condições econômicas e financeiras a que essa importância reporta...
- (C) As condições econômicas e financeiras de que essa importância procede...
- (D) As condições econômicas e financeiras por que essa importância passa...
- (E) As condições econômicas e financeiras que essa importância obedece...

9

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha papel adjetivo.

- (A) política (L.64)
- (B) prestado (L.24)
- (C) sua (L.17)
- (D) próprio (L.7)
- (E) controladora (L.18)

10

Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. (L.3-6)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha se mantido em consonância com as regras de pontuação.

- (A) Os países emergentes – particularmente os Brics – revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (B) Os países emergentes – e, particularmente, os Brics –, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (C) Os países emergentes e – particularmente – os Brics, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (D) Os países emergentes e – particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (E) Os países emergentes – e particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.

11

É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil? (L.114-118)

As duas ocorrências do QUE no período acima apresentam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (B) adjunto adverbial, sem função sintática.
- (C) objeto direto e adjunto adverbial.
- (D) adjunto adverbial e objeto direto.
- (E) sem função sintática e adjunto adnominal.

12

Por *interregno hegemônico* (L.71) é possível entender

- (A) uma ausência preponderante de poder dominante.
- (B) a supremacia de um Estado sendo substituída de imediato pela preponderância do outro.
- (C) a preponderância de um estado intermediário entre um governo e outro.
- (D) o intervalo de transformação de uma hegemonia a outra.
- (E) a prevalência de uma hegemonia em relação à outra.

13

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.

- (A) art. 5º
- (B) § 11.
- (C) arts. 2º e 3º
- (D) §§ 9º e 10.
- (E) art. 33

14

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se Vossa Excelência para:

- I. o Advogado-Geral da União;
- II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
- III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.

Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) III, somente.

15

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
- III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Conhecimentos Gerais**16**

A questão da mobilidade urbana está tornando-se uma preocupação marcante nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, a Prefeitura optou por usar o sistema BRT, que usará linhas exclusivas e ônibus como matriz principal. A cidade de São Paulo optou por ampliar os sistemas de trens urbanos, metrô e agora os modernos Monorails, assim como fez a cidade de Manaus. Fortaleza, Cuiabá e Brasília fizeram opção pelos VLTs (Veículos Leves sob Trilhos). Recentemente dois grandes consórcios foram escolhidos para fazer as duas linhas de Monorails na cidade de São Paulo. Uma linha ligando Jabaquara ao Morumbi, via Aeroporto de Congonhas, e outra ligando Vila Prudente a Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os trens da Bombardier foram escolhidos pelos dois consórcios para serem usados nas duas linhas por serem mais baratos.
- (B) Um consórcio usará os trens da Bombardier na zona leste e outro usará os trens franceses da Alstom, na linha Jabaquara.
- (C) O consórcio vencedor da linha Jabaquara usará trens feitos na Malásia e construídos no Rio de Janeiro.
- (D) O Consórcio da Linha Zona Leste usará Trens da Siemens, que serão construídos em São Paulo.
- (E) Os dois consórcios escolheram os trens japoneses da Hitachi, como homenagem à população nipônica da cidade.

17

Desde o governo Fernando Henrique, o Brasil faz gestões para comprar aviões de caça para reequipar e modernizar a aeronáutica brasileira. Há uma constante preocupação com as linhas de defesa do Brasil, já que os nossos aviões estão bastante defasados. Três aviões foram escolhidos para a fase final: o Gripen, da Suécia; o Rafale, da França; e os F-18 dos Estados Unidos. Passou o governo Lula, a decisão passou para o governo Dilma, mas ainda não há uma decisão final sobre a compra.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Rafale, preferidos pelo governo Lula, são os mais caros e a Dassault não quer passar a tecnologia para os brasileiros.
- (B) Os F-18 americanos são os mais modernos aviões de combate. São mais baratos e a Boeing admitiu passar toda a tecnologia para o Brasil.
- (C) Além de ser o preferido pelo alto escalão da aeronáutica, o Gripen é mais barato e já participou de intensos combates na Bósnia.
- (D) O avião sueco só existe em forma de projeto e nunca foi vendido para qualquer força militar.
- (E) Os Rafale têm o apoio da Otan. Comprando os Rafale, o Brasil terá o apoio dos europeus para entrar no Conselho de Segurança da ONU.

18

Em um polêmico livro recém-lançado, Mimi Breardsley faz revelações surpreendentes e narra como o presidente John Kennedy a embebedou e seduziu quando, aos 19 anos, trabalhou como estagiária na Casa Branca. No livro, a Sra. Alford, sobrenome de casada, revela que foi trabalhar como estagiária na assessoria de imprensa da Casa Branca e que, depois de quatro dias, um assessor confiável, David Powers, ofereceu-lhe vários daiquiris antes de o presidente Kennedy lhe conceder um tour privado pela Casa Branca, que acabou no leito da primeira dama, que estava fora.

O que mais veio à tona com o relato de Mimi Alford?

- (A) Jacqueline Kennedy ficou sabendo do que houve no dia seguinte, através de sua secretária e agrediu o Presidente Kennedy.
- (B) Mimi manteve o romance com o presidente até Jacqueline descobrir e mandar demití-la da Casa Branca.
- (C) Mimi teve que fazer dois abortos em quase um ano de namoro.
- (D) Durante o fim de semana da morte de Kennedy, Mimi planejava o casamento com seu noivo, mas, arrasada pela dor, confessou o *affair* secreto que manteve durante todo o namoro.
- (E) Mimi, atualmente em dificuldades financeiras, decidiu revelar toda a verdade.

19

No início de fevereiro tomou posse a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster. A engenheira substituiu no cargo José Sérgio Gabrielli, que recebeu convite do Governador da Bahia, Jacques Wagner, para participar do Governo do Estado. Em seu discurso de posse, Graça Foster lembrou sua história na estatal, onde começou como estagiária. Graça Foster foi fortemente aplaudida quando disse que era a primeira mulher do mundo a comandar uma empresa de petróleo desse porte. Ela destacou que vai seguir à risca o plano de negócios da estatal e as metas previstas. “Sempre com foco na disciplina de capital, no cumprimento das metas e prazos, sem descuidar dos aspectos de segurança e ambiental”. Com ela, dois novos diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração da Empresa. Quem são eles?

- (A) Guilherme Estrela, por sua grande experiência em dutos, e José Formigli, pelo trabalho realizado na gestão Gabrielli.
- (B) José Zelada, pela contribuição dada aos investimentos internacionais da Petrobras Internacional, e Alcides Santoro, pelo conhecimento adquirido no pré-sal.
- (C) José Formigli, por ter adquirido grande experiência no desenvolvimento do pré-sal, e Alcides Santoro, por sua experiência no setor de gás.
- (D) Guilherme Estrela e Renato Duque serão os novos diretores de Exploração e Produção de Gás e Energia.
- (E) José Zelada, para o setor internacional, e Renato Duque, para o segmento de Exploração e Produção.

20

A celeuma sobre a presença de resíduos de agrotóxicos no suco de laranja brasileiro, questão levantada por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, reacendeu a discussão sobre o uso de agrotóxicos em produtos agrícolas. O resultado disso foi a ameaça de suspensão da compra dos sucos brasileiros, causando enorme prejuízo aos produtores. Nos últimos quatro anos, o Brasil se tornou o maior mercado de pesticidas do mundo. Essa ameaça fez o preço do produto disparar a níveis recordes. Segundo o principal órgão de controle de produtos sanitários dos Estados Unidos, o *Food and Drug Administration* (FDA), foi encontrada a presença de um fungicida no suco de laranja importado do Brasil. O uso deste fungicida é proibido nas lavouras de cítricos nos Estados Unidos, mas é usado contra fungos no Brasil.

Qual foi o resultado desta situação?

- (A) O que houve de fato foi uma especulação do mercado americano para aumentar o preço do suco de laranja.
- (B) O carbendazim, usado em poucas quantidades, não faz mal à saúde, por isso o produto não foi tirado das prateleiras nos Estados Unidos. Mas as próximas cargas não poderão ter vestígios desse fungicida.
- (C) Os produtores brasileiros tiveram que amargar grandes prejuízos, pois todo o suco de laranja teve que ser descartado.
- (D) Os produtores brasileiros deixaram de entregar o suco aos americanos e venderam quase toda a produção para o mercado asiático.
- (E) Os produtores brasileiros tiveram que queimar boa parte do laranjal paulista, que já estava pulverizado com o fungicida, para continuarem a vender para o mercado americano.

21

Um dos maiores incrementos do comércio internacional brasileiro na modernidade é o pré-sal. Assinale a alternativa correspondente ao que vem a ser o pré-sal.

- (A) Denominação dada às descobertas petrolíferas nas águas territoriais brasileiras, também chamadas de subsal.
- (B) Reservas de hidrocarbonetos encontradas no subsolo marítimo, também chamadas de subsal.
- (C) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos encontradas abaixo de uma profunda camada de rocha calcária no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (D) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias encontradas abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (E) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas encontradas abaixo de uma profunda camada de sal nas águas interiores brasileiras, também chamada de subsal.

22

Considerando as recém-descobertas de petróleo na camada pré-sal, que representam um marco singular na indústria petrolífera brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras Distribuidora de Combustíveis e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (B) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Transpetro e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (C) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petro-Sal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Ministério da Defesa.
- (D) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (E) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

23

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

- (A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (B) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (D) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

24

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

- (A) David Copperfield.
- (B) Victor Hugo.
- (C) Émile Zola.
- (D) Edmond Rostand.
- (E) Charles Dickens.

25

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

- I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
- II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhão.
- III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Direito Constitucional e Administrativo**26**

A respeito do controle das empresas estatais pelo Tribunal de Contas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. As estatais não se submetem ao controle do Tribunal de Contas, tendo em vista possuírem personalidade jurídica de direito privado e, portanto, não administram bens e dinheiro públicos.
- II. Somente as estatais prestadoras de serviço público, ante a natureza pública de seus bens, se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- III. Tanto as estatais prestadoras de serviço público quanto as que exercem atividade econômica estrito senso se submetem ao controle pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, embora seu patrimônio seja privado, quando de sua criação, haveria contribuição de dinheiro público.
- IV. No que concerne à intensidade do controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas, afigura-se irrelevante a separação entre atividade-fim e atividade-meio da estatal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

27

Sobre o tratamento constitucional dado ao exercício da liberdade, à dignidade humana, à igualdade e à justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou mantido nela, se a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) A Constituição da República de 1988 veda a pena de morte, salvo na hipótese em que haja declaração de guerra pelo Presidente da República, autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional.
- (C) A prática de racismo é crime imprescritível e insuscetível à fiança.
- (D) A privação de bens e da liberdade deverá observar o devido processo legal.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação, podendo o Judiciário determinar a revelação da fonte da informação divulgada por jornalista em imprensa escrita ou falada, quando necessária a apuração de prática de crime.

28

Em relação às ações constitucionais para defesa de direitos fundamentais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O mandado de segurança pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas-data*, se o responsável pela ilegalidade ou abuso do poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A impetração de *habeas corpus* pode ser feita em defesa de pessoa que sofra ou esteja sofrendo ameaça de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O mandado de injunção poderá ser impetrado se configurada a prática de ato administrativo que viole o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) O *habeas-data* pode ser ajuizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, que estejam incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

29

A Administração pode, para bem proceder à prestação de suas atividades, realizar o que se chama descentralização. Ciente desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização, também chamada de desconcentração, se dará quando, no âmbito interno, a Administração crie novos cargos e órgãos, transferindo a estes atribuições próprias.
- (B) A descentralização não se confunde com a desconcentração, sendo certo que ocorrerá sempre que se resolva criar nova Unidade Federativa, seja um Estado ou um Município.
- (C) A descentralização não se confunde com desconcentração, e ocorrerá quando uma Unidade Federativa delegar, mediante lei, a outra Unidade Federativa, competência que lhe foi atribuída pela constituição.
- (D) A descentralização se dará quando, por lei, ou decreto autônomo, o Executivo criar ministérios (âmbito da União), ou secretarias (âmbito dos Estados e Municípios).
- (E) A descentralização se dará quando, por lei, se criem autarquias, ou autorize a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações; ou por meio de licitação, se deleguem serviços públicos ao setor privado.

30

A aplicação das normas constitucionais pressupõe interpretação que “está submetida ao princípio da ótima concretização da norma (...). Evidentemente, esse princípio não pode ser aplicado com base nos meios fornecidos pela subsunção lógica e pela construção conceitual. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm a sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não se afigura possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido (...) da proposição normativa dentro das condições reais dominantes numa determinada situação” (Konrad Hesse. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 22).

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o exercício de democracia, mediante a obediência ao princípio majoritário, acarreta a prevalência dos diplomas legais aprovados pelo Poder Legislativo, em concorrência com o Poder Executivo, se observado eventual conflito com os dispositivos constitucionais.
- (B) o resultado de consultas populares, em plebiscitos e referendos, revoga dispositivo constitucional que lhe seja contrário, por cuidar-se sempre de manifestação do poder constituinte originário.
- (C) a interpretação de dispositivos constitucionais pode mudar, ao longo do tempo, em obediência às alterações das relações sociais e das condições fáticas experimentadas pelo povo.
- (D) o intérprete da Constituição da República de 1988, promulgada com o propósito de realizar as premissas do Estado Democrático de Direito, deve privilegiar a intenção exprimida pelos membros da assembleia constituinte se é controversa a interpretação de um de seus dispositivos, ressalvados os direitos econômico-sociais, cuja aplicação é suscetível à aferição das condições atuais para realização.
- (E) as normas constitucionais, incluindo as relacionadas às regras referentes à organização do Estado e ao processo legislativo, são obtidas a partir de um juízo de ponderação, oposto ao raciocínio próprio à subsunção lógica.

31

Extraí-se da jurisprudência dominante do STJ que a improbidade administrativa, por ato administrativo tido como violador de princípio, aperfeiçoa-se somente

- (A) com a transgressão do princípio.
- (B) mediante prova de prejuízo ao erário.
- (C) se comprovada má-fé do servidor.
- (D) nos atos vinculados, independentemente da subjetividade da conduta.
- (E) em face de comprovada conduta culpável.

32

Em relação à separação de poderes na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A divisão do poder é elemento do Estado de Direito, assim concebido para que o exercício dele não seja arbitrário. Portanto, é necessário que as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário estejam estritamente definidas, alheias a mecanismos recíprocos de controle, para que a atuação dos seus agentes não extrapolem os limites previstos constitucionalmente.
- II. A sanção do Presidente da República é exigida na promulgação de leis ordinárias, complementares, autorização de referendos e convocação de plebiscitos.
- III. Qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de a ausência, sem justificação adequada, configurar crime de responsabilidade.
- IV. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. A inércia do requerido no prazo de trinta dias, a recusa ao pedido ou a prestação de informações falsas caracterizarão crime de responsabilidade.

Assinale:

- (A) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- (B) se as afirmativas II e III forem corretas.
- (C) se as afirmativas II e IV forem corretas.
- (D) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (E) se as afirmativas III e IV forem corretas.

33

São considerados princípios que regem a República Federativa Brasileira:

- (A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) liberdade de expressão e prevalência da representação moral à censura.
- (C) inviolabilidade da intimidade e estímulo à liberdade religiosa.
- (D) liberdade de locomoção e garantia da propriedade.
- (E) liberdade associativa e vinculação sindical.

34

Os atos administrativos, após atingirem os seus fins, tendem à extinção. Assim, quando perfeitos, e tem esgotados os seus efeitos, a doutrina menciona a presença da sua extinção natural. Ciente disso, assinale o que **NÃO** representa caso de extinção do ato.

- (A) cassação
- (B) caducidade
- (C) nulidade
- (D) conversão
- (E) revogação

35

A Administração Pública, ao aplicar as normas que lhe são direcionadas, deverá buscar a interpretação que melhor atenda ao fim público.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova interpretação deve se aplicar retroativamente, atingindo os fatos pretéritos já consolidados com a interpretação anterior.
- (B) a nova interpretação não se aplica aos fatos pretéritos, respeitando a irretroatividade, salvo se representar economia financeira.
- (C) se coloca ilegal e afrontoso à isonomia; a mudança de interpretação anterior guardava coesão com a literalidade e a *ratio* da norma.
- (D) a nova interpretação é possível, respeitando o melhor atendimento ao fim público e a vedação da sua aplicação retroativa.
- (E) a nova interpretação é possível, desde que feita dentro da competência discricionária da Administração, e de forma retroativa para respeitar a isonomia.

Administração Pública**36**

Tendo em vista o desenvolvimento da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o conceito de burocracia para Max Weber é a organização eficiente por excelência e, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.
- (B) são características da burocracia: normas e regulamentos, formalidade das comunicações, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquização da autoridade, rotina e procedimentos padronizados, competência técnica e meritocracia, separação da propriedade e previsibilidade do funcionamento.
- (C) em nosso dia a dia, passamos a chamar de burocracia os defeitos do sistema, ou seja, suas disfunções, que foram o exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização do relacionamento e superconformidade às rotinas e procedimentos.
- (D) a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da normatização e pelo desenvolvimento de uma cultura burocrática nas organizações.
- (E) a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se uma questão essencial sob o modelo gerencial.

37

No tocante à evolução da administração pública, marque a alternativa correta:

- (A) No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados, sob certa acepção, prebendas ou sinecuras.
- (B) A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de manter a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- (C) Constituem princípios orientadores do desenvolvimento da burocracia a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o informalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori*.
- (D) Na burocracia, parte-se de uma confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, nem sempre são necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.
- (E) No modelo gerencial de Administração Pública o controle do Estado é, essencialmente, *a priori*.

38

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) menciona diversos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a seguir relacionados. No que diz respeito a esse aspecto (transparência), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal,: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) Aos instrumentos de gestão fiscal deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) A transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (D) Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LRF, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- (E) De acordo com o art. 49 da LRF, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis por pelo menos dois exercícios financeiros no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

39

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que são detectados eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal. No que concerne aos controles interno e externo, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante Controles Externo e Interno, respectivamente.
- (B) de acordo com Lei 4.320/1964, o controle compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) consoante a Carta Magna, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (D) de acordo com a Carta Magna, os responsáveis pelo Controle Interno, após concluírem o processo destinado a apurar qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional.

40

Considerando a evolução da administração Pública no Brasil e no mundo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De certa forma, é possível considerar que o chamado “modelo gerencial” começa a ser implantado em 1995, durante o governo FHC, com a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”.
- (B) A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.
- (C) Na administração pública gerencial, a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.
- (D) A administração pública gerencial deve ser impermeável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil.
- (E) Comparativamente com a administração burocrática, o modelo gerencial tem como um de seus princípios o deslocamento da ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

Raciocínio lógico

41

Um analista político de um programa de televisão fez a seguinte previsão: “Se o governador não agir e o Governo Federal intervier então o caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal ou o governador renunciará.”

Entre os cenários apresentados a seguir, aquele em que a previsão do analista político apresenta de forma **INCORRETA** é

- (A) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (B) o governador agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (C) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.
- (D) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (E) o governador não agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.

42

Entre os argumentos a seguir, aquele que é dedutivamente legítimo é:

- (A) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (B) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (C) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (D) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (E) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.

43

Considere a seguinte sentença: “Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então existe pelo menos um eleitor do seu estado que votou nele.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro elegível é um Senador em exercício e todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (C) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele não é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (D) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível, tal que se ele é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (E) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível tal que ele é um Senador em exercício e nenhum eleitor do seu estado votou nele.

44

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, aos partidos PA, PB e PC. Um desses partidos é ideologicamente de esquerda, outro de direita e o terceiro de centro, mas não necessariamente na ordem em que eles foram citados. Sabe-se ainda que:

- I. se o partido PA é de esquerda, então o partido PB não é de centro;
- II. se o partido PB não é de esquerda, então o partido PA não é de centro;
- III. se o partido PA é de direita, então o partido PC é de centro;
- IV. o partido PC não é de centro.

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, a partidos de:

- (A) centro, esquerda, direita.
- (B) esquerda, centro, direita.
- (C) esquerda, direita, centro.
- (D) direita, centro, esquerda.
- (E) centro, direita, esquerda.

45

Se há X e não há Y, então há Z. Não há Z.

Logo:

- (A) X é necessário para Z.
- (B) Y é necessário para X.
- (C) Y é suficiente para X.
- (D) X é suficiente para Z.
- (E) Z é suficiente para Y.

46

Após as deliberações para a formação de uma comissão no Senado, quatro senadores em exercício fizeram as seguintes declarações:

João: Maria não fará parte da comissão, mas José sim.

José: Eu farei parte da comissão, mas entre João e Maria exatamente um deles fará parte da comissão.

Maria: Se João não fizer parte da comissão, então José e Rosa também não farão parte da comissão.

Rosa: Exatamente um de nós quatro não fará parte da comissão.

É possível deduzir que

- (A) se exatamente um dos quatro não fará parte da comissão, então todos disseram a verdade.
- (B) se todos mentiram, então exatamente um deles fará parte da comissão.
- (C) não é possível que todos tenham dito a verdade.
- (D) se exatamente um deles mentiu, então exatamente dois deles não farão parte da comissão.
- (E) se nenhum deles fizer parte da comissão, então todos mentiram.

Língua Inglesa

Another view on representations and warranties

This article will address issues relating to representations and warranties as they arise in the common law, not in the context of the Uniform Commercial Code.

5 We will begin with representations. They are statements of present or past fact. Future "facts" cannot generally form the basis of representations because no one can know the future.

10 If a representation is intentionally false, a plaintiff can make a common law claim of deceit (a tort) and allege fraudulent misrepresentation.

15 Generally, a plaintiff injured by a fraudulent misrepresentation has a choice of remedies. She may rescind the contract and obtain restitutionary recovery, or she may affirm the contract and sue for damages. The ability to rescind — to unwind a closed transaction — is a remedy not available to a plaintiff suing for a breach of warranty, and therefore is a benefit of including representations in a contract. A second benefit is that the plaintiff may be able to obtain punitive damages under special circumstances.

25 Now, let's turn to warranties. A common law warranty is a promise that a fact is true. According to the New York court, a warranty is a promise of indemnity if a statement of fact is false. A promisee does not have to believe that the statement is true. Indeed, the warranty's purpose is to relieve a promisee from the

30

obligation of determining a fact's truthfulness.

The meaning of warranty is critical to plaintiffs whose defendants made both representations and warranties since a plaintiff's fraudulent misrepresentation claim will fail if she knew the statement was false. But, the plaintiff may sue for breach of warranty on the same statement and recover despite knowledge of the falsity of the statement, subject to some limitations. This is a substantial business and legal reason for a party to receive both representations and warranties.

An example may help to clarify this issue: Occasionally, a buyer will ask a seller to represent as a fact something that the seller knows is not true or does not know whether it is true. Technically, doing so is fraud. A buyer nonetheless defends its request by telling the seller, "It's just risk allocation." In other words, even if the statement is not true, it represents the business deal.

A seller often accedes to this request on the theory that it is not fraud because it has "worked it out" with the buyer. This is cold comfort when the buyer sues for fraud, "forgetting" that it was "just risk allocation" and "forgetting" that the seller explained the situation's actual status. As an alternative, the seller can merely "warrant" the statement. In that case, the seller makes no representation that can be the basis of a fraudulent misrepresentation, and the warranty is the promise of indemnity, precisely the risk allocation the buyer sought.

Representations and warranties are important — but different — tools for the contract drafter. But receiving both of them from the other side usually — but not always — provides a client with the best protection.

(Tina L. Stark. Adaptado de:

<http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2006-01-02/nonbindingopinion.html>

47

A lawyer drafting a business contract usually includes a "representations and warranties" clause because

- (A) it will protect the client against risks and will secure those advantages that are reasonable and appropriate.
- (B) the lawyer could be sued for malpractice if he did not include it.
- (C) the Contract will look more professional allowing the lawyer to charge a higher fee.
- (D) a contract without a "representations and warranties" clause will not be legally enforceable.
- (E) the "representations and warranties" clause is a standard contract clause and has always the same wording.

48

As used in the text, the term *common law* refers to

- (A) laws that apply in normal circumstances to ordinary people.
- (B) a legal system found in Anglo-Saxon countries, and based on case law.
- (C) a legal system found in Anglo-Saxon countries, based on legislative statutes and executive branch decisions.
- (D) the settlement of petty claims in a magistrate's court.
- (E) a legal system found predominantly in Islamic countries.

49

According to the text, warranties are included in an agreement so that

- (A) the other party is given assurance of maintenance/replacement of goods/service.
- (B) the other party is given assurance of clear title and right to sell real state.
- (C) the other party has no need to investigate and verify the truth of the facts stated in the warranty.
- (D) suppliers may advertise that they supply goods/service to a royal family.
- (E) law enforcement officers are allowed to seize property.

50

Consider the statements below:

- I. Representations and warranties are not inextricably linked. Some parties, as a matter of principle, refuse to take fraud risk (read punitive damages), and will not make representations, only warranties.
- II. Representations, if shown to be false, and if the injured party knew them to be false, can give cause for the rescission of the agreement and the party making the representation can be sued for fraud.
- III. A plaintiff may be able to win a breach of warranty claim when it would have lost a claim for fraudulent misrepresentation because it could not prove that the defendant knew the representation to be false.

According to the text

- (A) statements I and II are true, III is false.
- (B) statements II and III are true, I is false.
- (C) statements I and III are true, II is false.
- (D) all three statements are true.
- (E) all three statements are false.

Conhecimentos Específicos

51

Segundo dados da Associação Brasileira de Franchising (ABF), disponíveis na Rede Mundial de Computadores, na primeira década deste século (2001/2010) o setor de franquias teve uma substancial evolução. Em 2010, o faturamento atingiu mais de 75 bilhões de reais, com 1.855 redes, 86.365 unidades e 777.285 empregos diretos. Consoante as disposições legais pertinentes ao contrato de franquia empresarial, analise as alternativas abaixo:

- I. O contrato de franquia empresarial pode conter estipulações em que o franqueador se obrigue a ceder ao franqueado direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo primeiro.
- II. Antes da assinatura do contrato de franquia, pré-contrato ou do pagamento de qualquer tipo de taxa, o franqueador deverá entregar ao franqueado circular de oferta de franquia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de nulidade que o juiz pronunciará de ofício.
- III. O contrato de franquia pode ser celebrado de forma escrita ou verbal, por se tratar de ajuste não solene e de trato sucessivo; todavia, caso seja reduzido a termo, é condição de eficácia em relação a terceiros o registro na Junta Comercial do lugar da sede do franqueador.
- IV. A constituição de subfranquias pelo franqueado constitui infração contratual grave, passível de resolução de pleno direito do contrato e aplicação de multa contratual pelo franqueador, além do recebimento de *royalties* devidos pelo subfranqueado ao subfranqueador.
- V. O franqueador que veicular informações falsas na circular de oferta de franquia poderá ter o contrato anulado a pedido do franqueado e ser condenado à devolução de todas as quantias já recebidas a título de taxa de filiação e *royalties*, além de perdas e danos.

Estão corretas as alternativas

- (A) II e III.
- (B) I e IV.
- (C) I e V.
- (D) II e IV.
- (E) III e V.

52

Quais prerrogativas previstas expressamente na Lei Federal nº 6.404/76 associadas à detenção de uma *golden share* podem ser titularizadas pelo poder público?

- (A) Participação acionária majoritária e poder de veto.
- (B) Participação acionária majoritária e direito de eleger administradores.
- (C) Direito de eleger administradores e poder de dissolução unilateral da sociedade.
- (D) Poder de dissolução unilateral da sociedade e poder de veto.
- (E) Poder de veto e direito de eleger administradores.

53

Na sociedade Montanha Têxtil S.A., a assembleia geral deliberou a dissolução com quorum de mais de 70% (setenta) por cento do capital com direito a voto. Os acionistas acataram a orientação do controlador sobre a inviabilidade de manter a sociedade em funcionamento, diante da concorrência predatória dos produtos importados no setor têxtil e da inviabilidade de superação da crise. Sobre a dissolução do tipo societário em tela, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Embora durante a liquidação sejam ultimados os negócios pendentes da sociedade Montanha Têxtil S/A, com vistas à extinção, a personalidade jurídica permanecerá até a extinção do registro, sendo descabida a aplicação das normas da sociedade em comum aos acionistas.
- (B) A deliberação da assembleia geral da sociedade Montanha Têxtil S/A é válida por ter atingido o quorum legal para aprovação da dissolução, que é um quorum qualificado e corresponde a 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das ações com direito a voto.
- (C) Iniciada a liquidação, a representação da sociedade Montanha Têxtil S/A será assumida pelo Conselho de Administração, ao qual caberá praticar todos os atos necessários à liquidação, inclusive alienar bens de seu ativo permanente, transigir, receber e dar quitação aos devedores.
- (D) Nas assembleias gerais durante a liquidação, todos os acionistas, independente da espécie de ação, terão direito de voz e de voto, ainda que pelo estatuto o voto lhes seja vedado ou restrito; cessando a liquidação, restaura-se a eficácia das restrições ou limitações.
- (E) A liquidação da sociedade Montanha Têxtil S/A poderá ser processada judicialmente a pedido de qualquer acionista, independentemente do percentual de sua participação no capital social, se os administradores ou a maioria dos acionistas deixarem de promover a liquidação.

54

A e B, casados pelo regime da comunhão universal de bens, são sócios da Clínica Ortopédica Planalto Central Ltda. Com o falecimento de A, qual é a medida a ser adotada por B?

- (A) B pode permanecer na sociedade até que o inventário de A seja finalizado. Após deverá, imediatamente, providenciar o ingresso de um sócio.
- (B) B pode permanecer na sociedade como empresária individual de responsabilidade limitada.
- (C) Sendo a sociedade de capital, B permanecerá sócia dos herdeiros de A.
- (D) B deverá providenciar a reconstituição da pluralidade de sócios, eis que a sociedade unipessoal é vedada pelo direito brasileiro.
- (E) B poderá permanecer sócia, transformando a sociedade em uma subsidiária integral.

55

Na ação direta de inconstitucionalidade nº 3.934-2 proposta, em 02/08/2007, no Supremo Tribunal Federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), foram impugnados os Arts. 60, parágrafo único, 83, I e VI, “c”, e 141, II, todos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, por entender o requerente serem incompatíveis com os arts. 1º, III e IV, 6º, 7º, I e 170, VIII, da Constituição Federal. Uma das inconstitucionalidades de ordem material apontadas pelo requerente referia-se à qualificação, como quirografários, dos créditos derivados da legislação do trabalho que ultrapassem 150 (cento e cinquenta) salários mínimos (art. 83, VI, c), porque tal disposição violaria a garantia do direito adquirido e vedação de tomar-se o salário mínimo como referência de qualquer natureza, conforme os arts. 5º, XXXVI e 7º, IV, da Constituição. No julgamento da ADIN pelo Pleno do STF, em 27 de maio de 2009, o Supremo Tribunal Federal assim se posicionou:

- (A) Houve desrespeito aos direitos adquiridos dos empregados no curso da relação empregatícia, vindo a prestigiar outros credores e com eles acumulando grandes dívidas, delas poderá se livrar com uma alienação judicial no processo de falência.
- (B) Os créditos trabalhistas não se tornam inexigíveis nem deixam de existir na falência por estarem classificados como quirografários, perdendo apenas o seu caráter preferencial quanto ao seu pagamento a partir do momento em que excederem a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos.
- (C) A classificação do crédito excedente como quirografário viola tanto o princípio da dignidade da pessoa humana quanto o do valor social do trabalho (art. 1º, III e IV, da Constituição), desprezando a natureza alimentar do crédito trabalhista e sua prioridade absoluta no pagamento.
- (D) Tanto a limitação a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos, quanto a classificação do excedente como crédito quirografário, violam o direito adquirido dos empregados e as normas do Direito Internacional do Trabalho, especialmente a Convenção 173, da Organização Internacional do Trabalho.
- (E) A Constituição não contempla nenhuma regra sobre direito de cobrança de créditos trabalhistas em face de adquirentes de ativos em processo de falência, de modo que o legislador ordinário pode impor limites à preferência do crédito e excluí-lo de qualquer sucessão nas alienações judiciais.

56

Qual é o título hábil a instruir requerimento de falência por impontualidade, nos termos do art. 94, I da Lei 11.101/05?

- (A) Contrato de locação protestado.
- (B) Cheque apresentado à câmara de compensação e devolvido por insuficiência de fundos.
- (C) Duplicata virtual protestada por indicação.
- (D) Certidão da justiça do trabalho indicativa de execução frustrada.
- (E) Boleto bancário protestado.

57

O Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) no Livro II (Do Direito de Empresa), Subtítulo I, disciplina as sociedades não personificadas: sociedade em comum e sociedade em conta de participação. Sobre tais sociedades, assinale a alternativa correta.

- (A) Na sociedade em comum, a atividade social pode ser realizada por qualquer dos sócios, em nome próprio ou em concurso com outros; na sociedade em conta de participação, a atividade objeto do contrato é realizada unicamente pelo sócio ostensivo em nome próprio e responsabilidade ilimitada.
- (B) A inscrição do contrato da sociedade em comum e da sociedade em conta de participação no registro próprio acarreta a aquisição de personalidade para as sociedades, permitindo a limitação da responsabilidade para os sócios, exceto para o sócio ostensivo.
- (C) Havendo dissolução da sociedade em conta de participação, caberá ao sócio ostensivo nomear o liquidante para realizar a liquidação; na sociedade em comum, em razão da titularidade dos bens e dívidas ser dos sócios e não da sociedade, haverá partilha extrajudicial entre eles, sem liquidação.
- (D) As sociedades em comum e em conta de participação, por não terem personalidade jurídica, não estão sujeitas à falência, mas qualquer de seus integrantes pode ter falência decretada.
- (E) Por ser sociedade *intuitu personae*, o ingresso e a retirada de sócio na sociedade em comum depende do consentimento da maioria; na sociedade em conta de participação, *intuitu pecuniae*, o sócio ostensivo pode admitir livremente novos sócios, tanto ostensivos quanto participantes.

58

Sobre a disciplina dos vícios do produto, assinale a alternativa correta, à luz do Código de Defesa do Consumidor.

- (A) A responsabilidade do comerciante é direta, e a do fabricante subsidiária.
- (B) O Código de Defesa do Consumidor admite que o consumidor de serviços de qualidade viciada, entre as outras opções, possa obter a reexecução por terceiro, por conta e risco do fornecedor.
- (C) O fornecedor responde apenas se tiver má fé, mas ela é presumida.
- (D) Os fornecedores respondem pelos vícios de quantidade do produto, e é presumida variação decorrente de sua natureza (não imputável ao fabricante) a que se limite o conteúdo líquido inferior a 5% das indicações constantes do recipiente.
- (E) O Código de Defesa do Consumidor admite responsabilidade do fornecedor por vícios aparentes, embora a submeta a prazo mais exíguo de caducidade, que será de 30 dias, contra os 90 dias, incidentes na hipótese de vício não aparente.

59

A empresa pode ser identificada através de várias formas, seja subjetiva ou objetiva. Na forma subjetiva, o nome empresarial revela a pessoa natural ou jurídica exercente da empresa; na forma objetiva, a marca e as expressões ou sinais de propaganda também servem como elementos de identificação. Sobre as expressões e sinais de propaganda, assinale a alternativa correta:

- (A) Considera-se expressão ou sinal de propaganda toda legenda, anúncio, reclame, que identifique produtos ou serviços oriundos de membros de uma determinada entidade como meio de recomendar uma atividade lícita e atrair a atenção dos consumidores ou usuários.
- (B) Na atual Lei da Propriedade Industrial, Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, não há uma disciplina específica para as expressões e sinais de propaganda; porém, é facultado ao seu criador o registro no Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) pelo prazo de 15 (quinze) anos.
- (C) Diferentemente da proteção nacional conferida pelo registro da marca e à semelhança do registro do nome empresarial, a abrangência do registro de expressões e sinais de propaganda está circunscrita ao Estado onde se localiza a Junta Comercial em que o empresário está inscrito.
- (D) A expressão (ou sinal) empregada apenas como meio de propaganda pode ser registrada como marca, desde que não tenha havido reivindicação de prioridade por outrem junto ao INPI nos 6 (seis) meses anteriores ao pedido de registro pelo titular.
- (E) A contrafação, no todo ou em parte, de armas, brasões e outros signos distintivos oficiais, nacionais, estrangeiros ou internacionais, sem autorização, em sinal de propaganda, é caracterizada como crime quando induzir a pessoa a erro ou confusão entre o original e o contrafeito.

60

Uma fábrica de mobília compra certa quantidade de couro sintético, necessário à sua produção. Dias depois da entrega, o material adquirido passa a apresentar forte descoloração. Como o couro ainda não havia sido empregado nos móveis fabricados, imediatamente a compradora exige, por carta, que a empresa vendedora substitua a mercadoria. Sem obter resposta, dois meses depois do envio da carta é aforada ação na qual se pede a redibição do negócio, mais perdas e danos. Assinale a alternativa correta:

- (A) Não há, no caso, relação de consumo, e a decadência está consumada.
- (B) Não há, no caso, relação de consumo, mas o prazo decadencial não se esgotou.
- (C) Como a compradora é destinatária final do bem, há relação de consumo, e a decadência não fluiu.
- (D) Há relação de consumo, mas a decadência já fluiu.
- (E) Há relação de consumo por equiparação, e se controverte sobre a fluência do prazo.

61

No exercício da empresa, o empresário se utiliza de colaboradores para possibilitar a realização de negócios dentro e fora do estabelecimento. Na categoria dos colaboradores dependentes destacam-se os prepostos como vendedores, viajantes e praticistas. Com base nas disposições do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), analise as afirmativas abaixo:

- I. Tanto o gerente quanto o administrador de sociedade são considerados prepostos do empresário, sendo o primeiro, preposto em caráter temporário, e o segundo, em caráter permanente e com poderes de representação judicial e extrajudicial.
- II. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer de seus prepostos praticados nos seus estabelecimentos, desde que sejam relativos à atividade da empresa e, para tanto, estes não necessitam de autorização por escrito dos primeiros.
- III. A eficácia, em relação a terceiro, de limitações contidas na outorga de poderes ao preposto depende do arquivamento e averbação do instrumento no Registro de Empresas, salvo se comprovado o conhecimento do terceiro que com ele contratou.
- IV. Quando a lei não exigir poderes especiais, considera-se o gerente autorizado a praticar todos os atos necessários ao exercício dos poderes outorgados; havendo mais de um gerente cada um atuará individualmente, salvo estipulação diversa.
- V. Com autorização expressa do preponente, o preposto pode negociar por conta própria ou de terceiro, dentro ou fora do estabelecimento, e participar, direta ou indiretamente, de operação do mesmo gênero da que lhe foi cometida.

São **FALSAS** as afirmativas

- (A) IV e V
- (B) II e III
- (C) III e V
- (D) I e IV
- (E) I e II

62

No que concerne à responsabilidade civil derivada dos acidentes de consumo, é correto dizer que

- (A) em tal campo, o prazo de prescrição do Código de Defesa do Consumidor é mais benéfico do que o do Código Civil de 2002, e nele a pretensão reparatória é comprometida após cinco anos, contados desde o evento danoso.
- (B) em relação a bens vendidos em lojas, caso ocorra o acidente de consumo a Lei nº 8.078/90 estabelece a responsabilidade objetiva e solidária entre o fabricante e o comerciante lojista.
- (C) as excludentes de responsabilidade abrangem, entre outras, a culpa exclusiva de terceiro, o caso fortuito e a culpa concorrente da vítima.
- (D) desde que destacada em negrito, de modo facilmente inteligível pelo consumidor, é válida a cláusula pela qual o fornecedor se exonera do dever de reparar eventual acidente de consumo.
- (E) as vítimas do acidente de consumo são consideradas consumidoras por equiparação.

63

Em casos excepcionais e de extrema gravidade, o Banco Central do Brasil poderá decretar regime de administração especial temporária (RAET), nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, autorizadas a funcionar no país. Sobre tal regime, assinale a opção **INCORRETA**.

- (A) A existência de passivo a descoberto, prejuízos decorrentes de má administração da entidade, que sujeite a risco os seus credores, ou descumprimento das normas referentes à conta de Reservas Bancárias são causas que autorizam a decretação do RAET.
- (B) Os negócios da instituição financeira e seu funcionamento permanecem inalterados com a decretação do RAET, mas a medida acarretará, de imediato, a perda do mandato dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.
- (C) Durante o RAET da instituição, o Banco Central do Brasil poderá utilizar recursos da Reserva Monetária visando ao seu saneamento, inclusive poderá adiantar tais recursos caso não existam em quantidade suficiente na conta da Reserva Monetária.
- (D) Com a decretação do RAET, passam a responder pelas obrigações assumidas pela instituição, objetiva e solidariamente com os ex-administradores, as pessoas naturais ou jurídicas que com ela mantenham vínculo de controle, até o montante do passivo a descoberto.
- (E) O regime de administração especial temporária (RAET) é disciplinado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e, subsidiariamente, na parte que com ela não colidirem, pelas disposições das Leis nº 6.024, de 13 de março de 1974, e Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

64

Com o fito de facilitar, em juízo, a defesa dos interesses dos consumidores, algumas regras existem. Com base nessas regras, analise as seguintes afirmativas:

- I. A lei isenta as entidades legitimadas a defendê-los, nas ações coletivas, de adiantarem emolumentos e honorários periciais, bem como afasta a condenação em honorários advocatícios, salvo hipótese de comprovada má fé.
- II. A coisa julgada não se forma quando o pedido é improcedente por falta de prova.
- III. A inversão do ônus da prova autoriza o juiz, com base em relevante motivo, dispensar a fase de conhecimento, conferindo eficácia executiva à prova pré-constituída pelo consumidor.

Estão corretas

- (A) apenas I e II.
- (B) apenas I e III.
- (C) apenas II e III.
- (D) apenas a I.
- (E) apenas a II.

65

Considere a publicidade de um brinquedo (carrinho), veiculada pela televisão, dizendo que ele é ótimo para certa faixa etária. A mensagem publicitária exhibe, ao final, as crianças furtando esses carrinhos em uma loja, e informa: “Peça esse brinquedo aos seus pais, e se eles não o derem, faça de tudo para não ficar sem um.” Assinale a proposição correta.

- (A) Trata-se de publicidade enganosa e, em tese, configura tipo penal, que admite a modalidade dolosa ou culposa.
- (B) A hipótese é de publicidade abusiva, mas nada no enunciado indica ou induz a possibilidade de existência de transgressão penal.
- (C) Cuida-se de publicidade abusiva e, em tese, configura tipo penal previsto no Código de Defesa do Consumidor.
- (D) A publicidade citada é, dependendo do ângulo, enganosa ou abusiva, e encerra infração, cuja pena é de multa, sem prejuízo de eventual repercussão cível.
- (E) A publicidade citada é subliminar, e encerra infração cuja pena é de multa, sem prejuízo de eventual repercussão cível.

66

Sobre as regras de proteção ao consumidor super endividado, assinale a alternativa correta.

- (A) O ordenamento brasileiro não prevê a recuperação judicial, ou concordata, em favor do consumidor endividado.
- (B) A recente Lei de Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11) permitiu a recuperação judicial do consumidor *superendividado*, mas a medida ainda é, pela maioria, considerada insuficiente para tratar do problema.
- (C) Além da concordata, agora admitida a todo consumidor, a Lei nº 8.078/90 garante ao endividado, que não possa pagar seus débitos, o direito à revisão do contrato.
- (D) A insolvência civil já equivalia, para o consumidor, a uma concordata e a própria recuperação judicial, no âmbito da lei falimentar, pode ser aplicada a não empresários. Já o Código de Defesa do Consumidor veda, contra o consumidor, a onerosidade excessiva.
- (E) O endividamento exagerado permite ao magistrado, em nome da dignidade humana, alongar o perfil da dívida do consumidor.

67

Sobre os prazos previstos pelo Direito do Consumidor, analise:

- I. A cláusula de decaimento é espécie de cláusula penal proibida pelo Código de Defesa do Consumidor.
- II. Se o consumidor adquire produto fora do estabelecimento e pelo telefone – após ver a publicidade na televisão –, ele pode arrepender-se da compra, no prazo de 7 dias, ainda que o produto seja de ótima qualidade.
- III. Exercitado o direito de arrependimento, previsto para a compra fora do estabelecimento comercial, a devolução do valor pago será integral e corrigida, embora não abranja (salvo convenção) as despesas de frete.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (D) se apenas a afirmativa I está correta.
- (E) se apenas a afirmativa II está correta.

68

Analise as assertivas abaixo:

- I. No que tange ao conceito de consumidor, o STJ adota, majoritariamente, a chamada teoria finalista. Contudo, esse próprio Tribunal já mitigou os rigores dessa teoria para autorizar a incidência do Código de Defesa do Consumidor nas hipóteses em que a parte se apresente em situação de vulnerabilidade, embora não seja tecnicamente a destinatária final do produto ou serviço.
- II. A chamada teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica equivale a uma excludente de responsabilização dos sócios.
- III. Apenas quando assim expressamente convencionado a garantia contratual posterga o termo inicial do prazo de decadência para as reclamações contra os vícios no produto.
- IV. Entre outros casos, são considerados consumidores por equiparação todas as pessoas, determináveis ou não, expostas à oferta publicitária por ele regulada.

Estão corretos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

69

A jazida minerária passa a ser de propriedade do concessionário

PORQUE

A concessão minerária consiste na delegação da União ao particular da exploração com direito real de uso dos recursos obtidos do subsolo. É correto afirmar que

- (A) ambas as afirmativas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- (B) a primeira afirmativa é verdadeira, e a segunda é falsa.
- (C) a primeira afirmativa é falsa, e a segunda é verdadeira.
- (D) ambas as afirmativas são falsas.
- (E) ambas as afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

70

A Lei nº 8.078/90 prevê uma série de práticas e cláusulas que, no bojo das relações de consumo, são consideradas abusivas. E aponta certas consequências e abrandamentos. Assinale a alternativa correta, seja pelo teor da lei, seja pelo teor da jurisprudência dominante.

- (A) É abusivo executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento, hipótese na qual a lei assevera que o serviço solicitado e executado é considerado amostra grátis.
- (B) É ilícito enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, produto ou serviço, salvo hipótese razoável, como o envio de cartões de crédito com tarificação abaixo da praticada pelo mercado.
- (C) É nula a cláusula que imponha ao consumidor representante para realizar outro negócio jurídico, salvo hipótese razoável. Exemplifica essa exceção o caso no qual o mutuário nomeia procurador, da confiança do mutuante, para assinar cambial representativa do exato valor do débito (e não mais), no caso de ocorrer mora.
- (D) Em regra, é nula a cláusula que permita ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral, salvo em casos razoáveis, como ocorre se ele provar que os custos realmente aumentaram.
- (E) Em regra, é ilícito condicionar o fornecimento de produtos a limites quantitativos, mas isso é possível se há justa causa. Nesse contexto, não há prévia ilicitude na dispensa de pagamento de frete para compras acima de certa quantidade.

71

A Cia. Fabril de Pernambuco ostenta em seu quadro societário os irmãos **A**, **B**, **C** e **D**. O sócio **A** é o sócio controlador. Após 50 (cinquenta) anos de existência da sociedade, **A** resolve contrair novo matrimônio e doar metade de suas ações para sua nova esposa. De acordo com o quadro fático, responda:

- (A) **A** não poderá ceder suas ações para pessoa estranha ao quadro societário por se tratar de uma sociedade de pessoas.
- (B) A doação de ações é vedada pelo direito brasileiro.
- (C) Na ausência do consentimento de todos os acionistas, a cessão é considerada nula.
- (D) Os sócios **B**, **C** e **D** podem propor dissolução parcial da sociedade sob o fundamento de quebra da *affectio societatis*.
- (E) A esposa do sócio **A** não pode ser acionista de uma sociedade entre irmãos.

72

Considerando-se o defeito existente no sistema de frenagem de certo caminhão, construído por encomenda, e que causou acidente. O erro estava no projeto, ligado à impossibilidade de desacelerar quando o veículo, com certo peso, atingiu determinada velocidade. O projeto foi contratado de outro fornecedor, a vendedora o montou e o entregou ao comprador (pessoa jurídica transportadora) meses antes do acidente, que matou alguns transeuntes. Assinale a alternativa correta:

- (A) É viável às vítimas responsabilizar o fabricante do pneu, ainda que ele seja alheio ao projeto e aos problemas de peso e de desaceleração. A lei nº 8.078/90 estabelece a responsabilidade solidária de todo o fabricante que contribua para um produto com peça ou componente.
- (B) A responsabilidade dos fabricantes de autopeças, e de eventuais projetistas autônomos, por acidente de consumo, é subsidiária, mas a lei garante o regresso do fornecedor contra o projetista.
- (C) É viável responsabilizar diretamente o projetista, mas isso apenas pode ser feito pelas partes na compra e venda. Não há aplicabilidade do Código do Consumidor, pois a relação não é de consumo.
- (D) As vítimas podem invocar o Código de Defesa do Consumidor mesmo sem existir relação de consumo entre a compradora e a vendedora do caminhão. A responsabilidade solidária prevista no Código não alcança os fabricantes de autopeças alheios ao projeto, à montagem e à frenagem.
- (E) As vítimas devem demandar a empresa transportadora, adquirente do veículo. O fato de não poderem demandar outras empresas não as prejudica, pois a responsabilidade é objetiva, centrada no risco da atividade.

73

Avalie as afirmativas a seguir sobre as empresas estatais com participação minoritária de particulares:

- I. Possuem foro privilegiado na Justiça Federal.
- II. Poderão ser orientadas pelo ente controlador a atender as políticas públicas relacionadas ao interesse público que justificou a sua criação.
- III. Os seus dirigentes, indicados ou não pelo Estado, estão sujeitos à Lei de Improbidade Administrativa.
- IV. Estão sujeitas às disposições do Congresso Nacional quanto aos limites globais e condições para realizarem operações de crédito externo e interno.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa IV for verdadeira.
- (C) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (D) se as afirmativas I, II e IV forem verdadeiras
- (E) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.

74

Em relação à atividade de regulação da economia, e à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, considere as seguintes afirmativas:

- I. A fixação de preços de venda de produtos em determinado setor da economia, por órgão regulador, em valores dissociados da realidade de mercado, não é capaz de gerar o dever de o Estado indenizar o agente regulado, porquanto a disciplina da economia é expressão da soberania nacional e do interesse público, mormente quando visa a atingir finalidades macroeconômicas.
- II. Os Municípios não podem editar leis para regular o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais e industriais localizados em seu território, pois a Constituição somente atribuiu a competência para legislar sobre direito econômico à União e aos Estados da federação.
- III. Ainda que prevista em lei federal, a exigência de qualificação acadêmica ou de autorização administrativa para o exercício de atividade econômica ou profissão pode não ser compatível com a Constituição, mormente se implicar restrição a direitos e garantias fundamentais.
- IV. A instituição, por lei, de gratuidades e descontos nos preços em eventos de cultura, esporte e lazer, em benefício de determinadas categorias de usuários, têm eficácia imediata apenas perante as entidades do ente federativo que os instituiu, dependendo, porém, da prévia indicação da fonte pública de custeio para valer perante os agentes empresariais privados.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas I e IV forem verdadeiras.
- (C) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (D) Se nenhuma afirmativa for verdadeira
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

75

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, com vistas a criar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O objetivo primordial do Tratado de Assunção é a integração dos quatro Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Sobre o MERCOSUL, é correto afirmar que

- (A) em dezembro de 1994, foi aprovado o Protocolo de Ouro Preto, que estabelece a estrutura institucional do MERCOSUL e o dota de personalidade jurídica internacional.
- (B) no âmbito do MERCOSUL, não se admite que os Estados Partes adotem tarifas nacionais diferentes da Tarifa Externa Comum (TEC).
- (C) o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias entre os Estados Partes criou uma corte permanente para o MERCOSUL, o Tribunal do MERCOSUL, o qual incorpora o princípio da supranacionalidade em matéria de aplicação do Direito do Mercosul.
- (D) as normas do MERCOSUL aplicam-se diretamente na jurisdição doméstica dos Estados Parte e não necessitam ser incorporados nos respectivos ordenamentos jurídicos internos, mediante os procedimentos de ratificação peculiares a cada um dos países.
- (E) o Parlamento do MERCOSUL, constituído em dezembro de 2006, escolhe seus representantes a partir de eleições periódicas e é o Órgão responsável pela elaboração das normas no âmbito do Mercosul.

76

Nos contratos de concessão de serviço público regidos pela Lei nº 8.987/95, nem sempre o concessionário executará pessoal e diretamente o seu objeto ao longo do prazo ajustado. Nesse contexto, avalie as afirmativas a seguir:

- I. A subconcessão deve sempre ser precedida de autorização do Poder Concedente e de concorrência pública.
- II. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a encampação da concessão.
- III. Os financiadores poderão assumir o controle da concessionária para promover a sua reestruturação financeira e garantir a continuidade da prestação de serviços, desde que autorizado pelo Poder Concedente e conforme as condições do contrato.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se apenas a afirmativa I for verdadeira.
- (E) se apenas a afirmativa II for verdadeira.

77

Em relação à teoria da análise econômica do direito, avalie as afirmativas a seguir:

- I. Por desconsiderar as assimetrias de informação, as externalidades negativas e as demais falhas de mercado, a análise econômica do direito não é considerada um instrumento adequado para a elaboração de políticas públicas e regulação das relações sociais, embora seja útil na avaliação da alocação eficiente de direitos nas relações entre atores privados.
- II. Segundo o *teorema de Coase*, em um processo de disputa por determinado direito, um resultado econômico eficiente será alcançado pela livre negociação entre as partes envolvidas, independentemente da parte a quem a lei assinala aquele direito, desde que sejam inexistentes custos de transação e que os direitos de propriedade sejam bem definidos.
- III. Ao lado de uma *teoria positiva*, voltada a identificar os prováveis efeitos das normas jurídicas sobre o comportamento das pessoas, a análise econômica do direito também inspirou uma *teoria normativa*, que elege a maximização da riqueza da sociedade como o principal critério de avaliação da justiça dos atos, normas e instituições sociais.
- IV. Os teóricos da análise econômica do direito utilizam instrumentos de microeconomia para analisar os efeitos e orientar a criação de normas destinadas a promover uma melhor distribuição da riqueza, de acordo com princípios de justiça social, mesmo que se comprometa a eficiência alocativa de recursos.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (C) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (D) se apenas a afirmativa IV for verdadeira.
- (E) se nenhuma alternativa for verdadeira.

78

Em relação à ordem econômica na Constituição da República de 1988, avalie as afirmações a seguir:

- I. Seguindo o regime constitucional anterior, a Constituição de 1988 expressamente facultou a criação de monopólios públicos mediante a edição de lei federal, quando indispensável por motivo de segurança nacional ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa.
- II. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado poderá, na forma da lei, estabelecer o planejamento determinante para todos os setores da economia, inclusive mediante o controle do volume de produção, a imposição de metas de expansão de investimentos e cotas de aquisição de insumos.
- III. Embora tenha previsto a instituição, por lei, do órgão regulador das atividades do ciclo do petróleo e gás natural, a Constituição da República, de 1988, não previu expressamente a instituição de um regime regulatório legal para ordenação da venda e revenda de álcool carburante e outros combustíveis derivados de matérias-primas renováveis.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (B) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (C) se apenas a afirmativa I for verdadeira.
- (D) se nenhuma afirmativa for verdadeira.
- (E) se todas as afirmativas forem verdadeiras.

79

A respeito da atuação e intervenção direta do Estado na Ordem Econômica, avalie as afirmativas a seguir, à luz dos recentes posicionamentos do Supremo Tribunal Federal:

- I. As empresas públicas e sociedades de economia mista jamais poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- II. É extensível às empresas estatais prestadoras de serviços públicos a imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea “a” e parágrafo 2º da Constituição Federal.
- III. É extensível às empresas estatais prestadoras de serviços públicos o pagamento em regime de precatório previsto no artigo 100 da Constituição Federal.
- IV. É constitucional a concessão de benefícios fiscais não extensíveis à iniciativa privada à Petrobras.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se apenas a afirmativa II for verdadeira
- (C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras
- (E) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.

80

Sobre a Organização Mundial do Comércio (OMC), analise.

- I. Seu mecanismo de solução de controvérsias incorpora o princípio do duplo grau de jurisdição, com a possibilidade de se levar uma reclamação específica à revisão por um Órgão de Apelação, após uma primeira decisão do Grupo Especial. O mecanismo da OMC não afasta a possibilidade de, a qualquer momento, se dirimir a controvérsia por qualquer outra forma de solução pacífica (p. ex: bons ofícios, conciliação, mediação).
- II. A medida de salvaguarda constitui o instrumento de defesa comercial adotado com o objetivo de aumentar, temporariamente, a proteção à indústria doméstica que esteja sofrendo prejuízo grave ou ameaça de prejuízo grave decorrente do aumento, em quantidade, das importações, em termos absolutos ou em relação à produção nacional. As medidas de salvaguarda devem ser aplicadas ao produto importado em questão independente de sua origem. Não se trata, portanto, de um instrumento a ser aplicado para produtos procedentes de um país ou conjunto de países, como os direitos antidumping ou compensatórios.
- III. A imposição de medidas compensatórias constitui o remédio jurídico adequado para fazer frente aos efeitos da importação de produtos subsidiados na economia nacional. Qualquer tipo de subsídio é recorrível para efeitos de adoção de medidas compensatórias.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

Atenção! Você está recebendo um caderno de provas de **Direito Econômico e Regulação, Direito Empresarial e do Consumidor do Tipo 1 (Branco – 08M1)** para **CONSULTOR LEGISLATIVO – Assessoramento Legislativo**. Portanto, verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao Tipo 1 e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
 - ▶ uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - ▶ **se candidato ao cargo de Consultor Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
 - ▶ **se candidato ao cargo de Técnico Legislativo ou Policial Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), **um tema para desenvolvimento da redação e uma questão discursiva**, ambos com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
 - ▷ **uma folha de textos definitivos** destinada à redação da prova discursiva, com espaço para a transcrição dos dois textos acima citados, com o máximo de **30 (trinta) linhas** cada.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber os documentos, você deve:
 - ▶ conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ▶ ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação da prova discursiva (quando for o caso);
 - ▶ marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu (este campo, contudo, não implica a anulação da prova no caso de sua não marcação);
 - ▶ assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova **não será permitido**:
 - ▶ qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - ▶ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - ▶ portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.**
6. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de textos definitivos.
7. O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos por erro do candidato.
8. Na redação da prova discursiva, o candidato ao cargo de **Técnico Legislativo** ou **Policial Legislativo** deverá observar as seguintes regras:
 - ▶ A primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas.
 - ▶ Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida.
 - ▶ Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: **ERRADO**) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
 - ▶ A folha de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva.
9. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
10. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
11. Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
12. Somente no decorrer dos últimos **60 (sessenta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
13. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de textos definitivos e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.
14. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
15. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>, no dia subsequente ao da sua realização.
16. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo da **0h do dia 13 de março de 2012 às 23h59min do dia 14 de março de 2012**, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília-DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>.